

# Brasil e Argentina em rotas opostas

**Com o objetivo de estimular o debate crítico e a análise racional dos diferentes caminhos tomados em nosso continente no campo econômico, chamamos a atenção para as medidas tomadas pelos dois novos governos dos maiores países da América do Sul.**



O recém-eleito presidente da Argentina, Alberto Fernández, iniciou o seu mandato com uma série de medidas destinadas a reanimar a economia do seu país. O cenário em 2019 apresentou recessão de 3,1%, desemprego de 9,7%, inflação de 55% com 35,4% da população vivendo na pobreza, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina.

O Brasil por sua vez, vivia, no momento em que Jair Bolsonaro tomou posse, uma taxa de desemprego de 11,6%, com dois anos de recessão no PIB, seguidos de outros dois de estagnação.

Apesar das semelhanças, os caminhos escolhidos pelos novos governantes, no campo econômico, foram diametralmente opostos.

Por aqui, o governo Bolsonaro reformou a Previdência, atrasando a aposentadoria e aumentando os valores das contribuições. Busca ainda a aprovação de uma reforma Administrativa que diminua os gastos do governo com o funcionalismo público federal, além de atuar fortemente no sentido de aprofundar a flexibilização nas relações de trabalho na iniciativa privada, com a crescente disponibilidade de direitos por parte dos trabalhadores.

Os argentinos, por sua vez, ampliaram a faixa de assalariados e aposentados com dedução no IR, beneficiando dois milhões de contribuintes. Os autônomos terão 50% de desconto nos valores devidos até o final do ano passado, e os prestadores de serviço não pagarão os impostos por dois meses. Também as micros, pequenas e médias empresas terão as suas dívidas renegociadas.

Também a demissão sem justa passou a ter o dobro do custo aos empregadores argentinos, enquanto no Brasil o governo acaba de isentar o pagamento de 10% do FGTS nesses casos.

Para além disso, o ministro da economia Paulo Guedes anunciou o congelamento do valor real do salário mínimo enquanto perdurar a crise econômica no país, assim como os vencimentos dos servidores públicos federais, ao passo que o governo Argentino decidiu aumentar em 4000 pesos (o equivalente a R\$270,00) a remuneração dos trabalhadores do setor privado, de forma igual e uniforme para todas as escalas. Os servidores públicos, por sua vez, receberam um bônus em dezembro no valor de 5.000 pesos. Já os trabalhadores informais e desempregados receberão 1000 pesos extra por filho.

Enquanto no Brasil, Jair Bolsonaro já se negou por diversas vezes a pressionar a Petrobrás no sentido de reduzir o valor dos combustíveis, Fernándes, antes mesmo da sua posse, agiu decididamente pelo controle de preços.

Inicialmente anunciou o congelamento das tarifas públicas de eletricidade, combustíveis, gás (neste caso, redução de 22%), transporte público, pedágios e etc. Para logo em seguida buscar uma série de acordos com a iniciativa privada, logrando sucesso em 60 itens da cesta básica, carne no Mercado Central e até mesmo nas tarifas de celulares.

Tudo indica, portanto, que os resultados alcançados pelos governos Bolsonaro e Fernándes, ressalvadas as grandes diferenças e particularidades existentes entre os nossos países, serão um importante instrumento de análise dos êxitos e fracassos de dois caminhos tão diferentes entre si.

## REDES SOCIAIS

O SINAL QUER

Servidor do Banco Central do Brasil, o Sinal-SP o convida a acessar, curtir e participar de nossas mídias digitais:



OUVI-LO!



@sinalsp



[portal.sinal.org.br/regionais/sao-paulo](http://portal.sinal.org.br/regionais/sao-paulo)



[facebook.com/sinal.sp](https://facebook.com/sinal.sp)

SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central  
Av. Paulista, 1754 - 14º andar - cjs. 141/144 - São Paulo SP – CEP 01310-920

(11) 3159.0252 - [sinalsp@sinal.org.br](mailto:sinalsp@sinal.org.br)